

Economia brasileira cresce a todo vapor

Movimento sindical analisa que 2010 é um ano positivo para negociações

Página 5



Nossa Caixa

Eleição do Economus elegerá dois representantes

Bancários participam de eleição entre os dias 26 de abril a 7 de maio

Os funcionários do extinto banco Nossa Caixa, participantes do Economus irão eleger, entre os dias 26/04 a 07/05, dois representantes dos trabalhadores (um para o Conselho Deliberativo e outro para o Conselho Fiscal).

O Sindicato dos Bancários do ABC apóia os candidatos:

- Adriana Pizarro para a vaga do Conselho Deliberativo, que hoje preside o Conselho Fiscal, é diretora do Sindicato dos Bancários de Mogi das Cruzes e Região e diretora da Fetec-CUT/SP.

- Antonio Sabóia para a vaga do Conselho Fiscal, que atualmente é diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região e da Fetec-CUT/SP.

Para que serve o Conselho Deliberativo? Cabe ao Conselho Deliberativo coordenar qualquer alteração no estatuto e regulamentos da entidade, além da nomeação e exoneração dos membros da diretoria executiva.

Para que serve o Conselho Fiscal? Compete ao Conselho Fiscal examinar e aprovar os balancetes do Economus, apresentar ao Conselho Deliberativo pareceres sobre os negócios e as operações sociais, acusar as irregularidades verificadas e sugerir medidas saneadoras.

"Para os trabalhadores é muito importante ter nestes dois órgãos pessoas comprometidas a fiscalizar um dinheiro que é nosso. Pois, é o Economus que garante o complemento da aposentadoria dos trabalhadores ligados a ele", destaca Marilda Marin, diretora do Sindicato.

Sistema Financeiro

Estudo revela que, mesmo com lucros exorbitantes, bancos fecham agências

Bancos lucraram, mas desligaram 30.034 funcionários, em 2009

Apesar do crescimento econômico sustentável em nosso país o número de agências bancárias andou na contramão da expansão do sistema financeiro nacional. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 17 anos (de 1990 a 2007) o total de agências caiu 8,4%, de 19.996 para 18.308, o que representa 1.688 a menos. Até 2006, havia 505 cidades sem qualquer posto de atendimento bancário.

A análise foi feita de acordo com informações do Banco Central. Em 1985, havia uma agência para cada 7.432 brasileiros. Em 2007, o total de habitantes por agência pulou para 10.145.

O estudo revela que houve redução na participação das regiões mais pobres nas operações de crédito e nos depósitos bancários entre 1997 e 2006. A Região Sudeste manteve-se durante o período como responsável por 72% dos depósitos, enquanto o Norte diminuiu a participação de 1,2% para 1,1% e o Nordeste, de 7,6% a 5,3%.

Demissões

Os bancos, mesmo com lucros, em 2009, acima de R\$ 37,4 bilhões, desligaram 30.034 funcionários e admitiram 29.413, o que

significa uma redução de 621 postos de trabalho em todo o Brasil.

Esse corte brutal é mais um indicativo que demonstra que o sistema financeiro privado está na contramão da economia brasileira, que criou 995.110 novos empregos formais em 2009. Os bancos brasileiros não foram abalados pela turbulência dos mercados internacionais, garantiram os seus lucros astronômicos, mas cortaram empregos.

Bancos privados demitem mais

Enquanto o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal obtiveram saldo positivo de 972 e 3.131 novos funcionários, respectivamente, os quatro maiores bancos privados (Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e HSBC) reduziram seus quadros em 11.582 trabalhadores. O banco que mais reduziu funcionários foi o Itaú Unibanco, que se encontra em processo de fusão.

Juros

Outro dado pesquisado pelo Ipea foi a taxa de juros média anual. Em 2008, a pessoa física pagava no Brasil 60,4% ao ano, enquanto que nos EUA a porcentagem chegava a 13,96% e, na Zona do Euro,

a 6,38%. A mesma disparidade surge quando se compara a taxa de juros real praticada por bancos internacionais na matriz e no país. O HSBC cobra, em média, 6,6% ao ano no Reino Unido e 63,42% no Brasil. Ou seja, o juro praticado por bancos estrangeiros no Brasil chega a ser até dez vezes o juro cobrado por essas mesmas instituições financeiras em seus países de origem.

Outro exemplo de juros exorbitantes em território brasileiro é do banco americano Citibank que empresta a juros de 7,28% ao ano nos EUA, enquanto opera taxas de 60,84% ao ano no Brasil.

"O sindicato luta contra esta enorme disparidade. Os bancos agem na contramão do crescimento econômico do país, escondendo seus lucros exorbitantes, fechando agências e demitindo trabalhadores. Por isso, a nossa luta é uma constante e os bancos têm de assumir definitivamente a vossa responsabilidade social. Vale lembrar que a nossa luta não é em vão, na campanha salarial de 2009, os bancários conquistaram 10 mil contratações até o final de 2011 no BB e 5 mil até dezembro deste ano na Caixa", destaca Belmiro Moreira, secretário de Finanças do Sindicato.

Fusões

Casamento marca protesto dos bancários do Itaú Unibanco

Real terá a sua marca extinta no segundo semestre do ano devido a fusão com o Santander

Padre, dama de honra, padrinhos e convidados faziam parte do cenário do casamento realizado pelos bancários do Itaú Unibanco em dia de protesto, em São Paulo. A cerimônia lúdica foi realizada no último dia 22, no Centro Empresarial Itaú Conceição (Ceic) e contou com a presença do presidente do Sindicato de São Paulo, Luiz Cláudio Marcolino. O Sindicato dos Bancários do ABC se fez presente atra-

vés dos diretores e funcionários do Itaú/Unibanco, Adma Maria Gomes, Gilberto Soares Paiva, Marcelo Alves de Souza.

Os trabalhadores realizaram o casamento com o objetivo de denunciar que a fusão entre Itaú e Unibanco está beneficiando apenas acionistas e executivos das instituições, deixando os seus funcionários no prejuízo. Os clientes da entidade financeira também acabam

sendo lesados, pois diante da fusão os bancos realizam obras de reparos para a mudança da logomarca e acabam esquecendo da segurança nas agências.

"Visitamos uma agência em um dia que estava de um jeito, quando acordamos ela estava de outro, bem pior. O ruim é que com raras exceções, as reformas de lay-out têm agredido a saúde de bancários e clientes", completa Marcelo Alves

de Souza, diretor da Fetec e funcionário do Itaú Unibanco.

Santander e Real terão a mesma logomarca já no segundo semestre do ano

O Santander e Real estão enfrentando o mesmo problema em relação ao processo de fusão. Pois, já no segundo semestre deste ano o Real deve ter sua marca extinta. Contudo, a adequação da cultura, sistema e lay-out das agências, são sempre questões a serem dialogadas permanentemente com os representantes dos trabalhadores.

Imposto Sindical

Neste mês, todos os trabalhadores que possuem carteira assinada em nosso país terão o desconto do imposto sindical ou contribuição sindical.

Este imposto foi criado em 1937 durante o governo de Getúlio Vargas, que ao normatizar a estrutura sindical naquela época, vinculou formas dos sindicatos sobreviverem financeiramente e muitos historiadores afirmam que foi uma das maneiras que o governo de Getúlio fez para que o Estado pudesse intervir nas associações de trabalhadores (sindicatos), que a cada dia se organizavam mais e começavam a adquirir massa crítica sob a influência dos imigrantes italianos e espanhóis.

Foi criada e normatizada a estrutura sindical em nosso país. A fonte da receita das entidades de trabalhadores se daria através de:

- 1) Mensalidade - Espontânea dos associados;
- 2) Importo Sindical - Obrigatório;
- 3) Contribuição Assistencial - Espontânea, decidida em assembleia da categoria.

Com a normatização da estrutura sindical brasileira e do enquadramento da categoria vinculado a 'Carta Sindical', registro concedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) fez e faz com que de fato o plano engendrado de intervencionismo se faça presente até os dias atuais, de alguma maneira.

Tivemos a proliferação e desmembramento de categorias em subcategorias e muitos trabalhadores ficaram de fora de uma das partes mais importante da vida de um trabalhador, que é o de poder se organizar e reivindicar melhores salários, melhores condições no trabalho, etc; além de poder assinar a Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho.

Consideramos que uma boa parte de Sindicatos migraram para uma estrutura atrás, tão somente, dos recursos do imposto sindical e ainda presenciamos ao nascimento de milhares de outros sindicatos enxergando apenas uma oportunidade de negócios. O triste é que ainda hoje assistimos esta prática, esquecendo da essência

que é 'o trabalhador', que na maioria das vezes, além de ficar órfão, faltam-lhe o direito de poder melhorar sua vida trabalhista junto com outros trabalhadores, não participam ou não são convidados a fazer parte das decisões e das reuniões de sua entidade de classe.

Mas, também existiram vários movimentos de resistência, onde nossa categoria foi e é parte fundamental para a fundação e reconhecimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), na década de 80.

Aqui no ABC e principalmente nas montadoras, na figura de Lula, nasce um novo sindicalismo rompendo com a estrutura atual vigente e desafiando o tempo, com a criação da CUT os trabalhadores começavam a se entender não somente com seus pares, mas com outras categorias, refletindo sob o papel dos trabalhadores em um conceito mais amplo, o do ser humano na sociedade.

Líderes sindicais, dialogando sempre com os trabalhadores construíram e constroem a todo o momento perspectivas, desafios e conquistas na vida dos trabalhadores.

A Reforma Sindical, que já foi o tema com destaque, hoje está engavetada. O governo fez o esforço necessário e concentrou no Fórum Nacional do Trabalho, as Centrais, os representantes dos empresários e o governo, neste fórum tripartite esboçou-se mesmo com pontos divergentes, um mínimo de artigos.

Um dos pontos intransponível de consenso vai de encontro ao fim do imposto sindical.

Para nós Bancários do ABC, o sindicato tem que sobreviver das mensalidades de seus associados. Foi assim que em 1997, entramos com uma ação questionando essa cobrança, a liminar concedia apenas sobre o percentual destinado ao sindicato, pois a divisão do imposto sindical é dividida atualmente da seguinte forma:

- 5% para a confederação da Categoria
- 10% para a Central Sindical
- 15% para a Federação

60% Sindicato

10% para conta especial Ministério do Trabalho e Emprego

Foi assim que neste Sindicato, os trabalhadores ficaram por anos sem a cobrança deste imposto. Mesmo assim, ainda que parte da cobrança viesse em março nos holerites, muitos bancários associavam o Sindicato fazendo a cobrança.

Quem retém o imposto é a empresa, que repassa para o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e que por sua vez o atribui pelo CNAI do trabalhador/categoria, repassando a parte que corresponde ao Sindicato após três meses, ou seja, lá pra junho.

Até 2005 estava vigente esta liminar. A partir de então foi quando ela perdeu a sua eficácia, retomando 100% do desconto. Como esta receita não estava presente no custeio da entidade, tivemos a discussão com a categoria sobre como e onde empregar este recurso.

Em assembleia, os Bancários do ABC decidiram investir em dois projetos:

- 1) A construção de uma nova sede;
- 2) A construção da sede social (que em breve será inaugurada).

Ou seja, esta receita adicional não fez e não faz parte do custeio da estrutura sindical como: Produção do Jornal Notícias Bancárias, Funcionários, Depto. Jurídico, Energia Elétrica, Telefonia, Campanha Salarial ou qualquer outro gasto.

Vale lembrar que as entidades patronais, Fenaban, Fiesp, etc, também recolhem o Imposto Sindical e com estes recursos, equipa, prepara e instrumentaliza a sua entidade de classe.

Agora temos outros desafios e cabe a você, junto com toda a categoria decidir.

É importante o fortalecimento da sua entidade de classe?

Por isso, você bancário(a), também faça parte desta história de lutas e conquistas. Sindicalize-se e venha fortalecer o seu sindicato. Recorte a ficha no verso, preencha e entregue a um diretor(a) que visita seu local de trabalho.

A Diretoria

Conjuntura

Economia brasileira cresce a todo vapor

Movimento sindical analisa que momento é positivo para negociações

O ano de 2009 foi um período de intensa preocupação diante da crise financeira internacional. Mas, o Brasil já estava bem preparado para enfrentar os efeitos da crise, com um sistema financeiro sólido e regulado, ao contrário do que ocorria nos EUA e na Europa, onde os bancos implodiram desde setembro de 2008.

Apesar da instabilidade, os bancos brasileiros continuaram apresentando resultados extremamente positivos, contudo eles não deixaram de pôr em prática a política de demissões, alegando ser por culpa da 'crise'. Para se ter uma idéia, segundo dados do Dieese, o sistema financeiro lucrou, no primeiro semestre de 2009, R\$ 19 bilhões e cerca de 15 mil bancários perderam seus empregos neste mesmo período. É importante também lembrar que diante da alta lucratividade do setor bancário, o movimento sindical lutou pela melhoria da PLR, visto que, os banqueiros sustentaram a tal desculpa para diminuir os valores deste benefício.

Outro dado do Dieese aponta que em 2009, 80% das negociações salariais realizadas por 692 categorias de trabalhadores brasileiros conquistaram aumento real de salários, sendo que 13% asseguraram, no mínimo, a reposição

da inflação com base no INPC-IBGE. Ou seja, os reajustes salariais foram pouco afetados pela crise econômica mundial.

2010 – Um ano promissor

Diante do enfrentamento desta turbulência financeira internacional iniciamos a nova década com boas expectativas. As estimativas para 2010 são positivas e apontam para um bom crescimento econômico e expansão do nível de emprego. O movimento sindical analisa que o momento é positivo para a negociação coletiva de salários e negociações específicas.

Após a pressão sindical e a mobilização dos trabalhadores os bancários obtiveram vários avanços para a categoria. A licença-maternidade foi estendida de quatro para seis meses, com a adesão de todos os bancos públicos e privados (que foram aderindo gradativamente). Esta conquista foi fruto da Campanha Salarial 2009, mas no universo dos bancos privados, as negociações específicas foram essenciais para todos aderirem.

Todos esses fatores levam a crer que as negociações, tanto específicas quanto na Campanha Salarial, podem ser melhores.

“O momento é propício para grandes avanços, para a amplia-

ção de direitos e novas conquistas. O sindicato segue na luta por melhores condições de trabalho, fim da terceirização, pela manutenção e garantia de empregos e cláusulas que envolvam outros benefícios como, por exemplo, saúde e segurança”, destaca Elson Siraque, secretário de Relações Sindicais e Sociais.

Novos desafios

Bradesco – O banco é o único das grandes entidades financeiras que ainda deve o auxílio-educação. Os bancários querem ampliação do plano de saúde para os pais e alterações no Treinet.

Banco do Brasil – O banco até agora não implantou o plano odontológico na Caixa de Assistência (Cassi), deve uma negociação séria em relação ao Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) e precisa reafirmar seu comprometimento com a jornada de seis horas.

Caixa – Apesar das melhorias no Plano de Cargos e Salários (PCS), ainda há grandes pendências em relação à isonomia e ao Plano de Cargos Comissionados (PCC). Além disso, as negociações

emperram quando se trata de assuntos ligados à Jornada de Trabalho e ao Plano de Funções Gratificadas (banco impõe posição unilateral).

HSBC – As negociações continuam focadas na discussão sobre remuneração variável (PLR/PPR), preservação dos empregos e Previdência Complementar específica.

Itaú Unibanco – O objetivo das negociações diante da fusão é a garantia de manutenção dos empregos. Além disso, os bancários querem a ampliação e desvinculação do auxílio-educação do Programa Complementar de Remuneração (PCR), plano de cargos e salários.

Fonte: Seeb Curitiba



Jornada de trabalho de bancários – Parte II

Na última coluna jurídica explicamos sobre a jornada de trabalho do trabalhador bancário: carga horária diária, semanal, mensal; intervalos intrajornada; cargo de confiança e a gratificação de função. Nesta coluna, vamos esclarecer sobre a jornada extraordinária (horas extras) e a consequência da supressão dos intervalos intrajornada.

O bancário tem direito à jornada de 6 horas diárias. E quando o banco não respeita esse direito e exige jornadas superiores a esta?

Neste caso, se o banco contratar com o empregado uma jornada superior a 6 horas, o trabalhador terá o direito de exigir o pagamento das horas excedentes à 6ª. É o que comumente ficou denominado de 7ª e 8ª ho-

ras, pois a carga diária contratada é de 8 horas.

O raciocínio é simples: se o bancário tem direito a 6 horas diárias e o banco o contratou para trabalhar 8 horas, ocorreu uma fraude ao seu direito. Portanto, deve-se concluir que o salário diário do bancário remunerava apenas 6 horas e não 8. Assim, a forma de consertar essa fraude seria indenizar o bancário, pagando a 7ª e 8ª horas como horas extras. Para se apurar o valor do salário hora, deve-se dividir o valor mensal por 180 horas (6h. x 30 dias por mês = 180h.) e acrescentar um adicional de 50%, pois são horas extras.

Lembrado mais uma vez que somente não terá direito à jornada de 6h aqueles que exercem cargo de confiança.

Além disso, todas as horas laboradas além da 8ª diária também deverão ser pagas como horas extras. É importante marcar o ponto corretamente. Se você chega mais cedo ou sai mais tarde da agência, não aceite pressão para marcar o ponto somente no horário contratual. Marque sempre no horário que chegar e sair da agência.

Outro aspecto importante da jornada é cumprir o intervalo intrajornada. No caso de trabalhador de 6 horas, o intervalo é de 15 minutos, e de 8 horas, o intervalo é de no mínimo 1 hora. O intervalo intrajornada serve para o repouso e a alimentação do trabalhador. É, portanto, uma norma de saúde e segurança no trabalho. Por isso, dizemos que é um direito indisponível, na medida em que o trabalhador não pode deixar de gozá-lo, ainda que faça

um acordo com a empresa.

Não obstante, pode ocorrer deste trabalhador não conseguir fazer o intervalo. Essa situação não deve ser corriqueira, mas eventualmente poderá acontecer. Quando o intervalo não for usufruído pelo trabalhador, a empresa é obrigada remunerá-lo com acréscimo de 50%.

Quando o trabalhador de 6 horas realizar horas extras, o intervalo que deverá usufruir será de 1 hora. Neste caso, também poderá exigir o pagamento de 1 hora de intervalo não usufruída, com acréscimo de 50%.

Mas a supressão do intervalo não deve ser habitual, se isso ocorrer, denuncie ao Sindicato, pois o banco poderá sofrer uma fiscalização do Ministério do Trabalho e ser obrigado a parar com esta conduta, além de outras sanções administrativas, como multas.

Mundo

Estratégia mundial da campanha por acordo global com HSBC e Santander já está definida

Bancários do ABC fazem parte da aliança comprometida a trabalhar com o acordo

Sindicalistas dos dois bancos de 19 países definiram as estratégias da campanha mundial do acordo marco global, em seminário da UNI finanças, que foi encerrado no último dia 18, em São Paulo.

Foi oficializada também a criação de uma aliança mundial de sindicatos comprometidos a trabalhar com o acordo. O Sindicato dos Bancários do ABC, que também faz parte desta aliança, esteve representado pelo secretário Geral, Eric Nilson; secretário Jurídico, Orlando Puccetti; diretor, Ageu Ribeiro Moreira (funcionários do Santander) e pelo secretário de Finanças, Belmiro Moreira (funcionário do HSBC).

Os trabalhadores realizarão, por meio desta rede, atividades e manifestações coordenadas em todo o mundo.

“É de extrema importância a



Atividade dos bancários no Casa 3 do Santander

unidade dos trabalhadores do mundo inteiro. Este evento mostrou que é possível lutarmos por melhores condições de trabalho, sempre nos baseando nos países que conquistaram mais avanços do que outros”, destaca Eric Nilson, secretário Geral do Sindi-

cato e funcionário do Santander.

Vale ressaltar que os sindicatos de todos os 124 países que abrigam unidades do HSBC e do Santander passarão um abaixo-assinado entre os bancários, de forma a manifestar a adesão dos trabalhadores à campanha.

Campeonato de futebol de salão

Vem aí o Campeonato de Futebol de Salão dos Bancários do ABC. Portanto, monte seu time e inscreva-se através dos e-mails: esporte.cultura@bancariosabc.org.br, elson.siraque@bancariosabc.org.br e otoni.lima@bancariosabc.org.br.

O período de inscrição será durante todo o mês março e início de abril. O campeonato está previsto para se iniciar no final de abril, começo de maio.

Confira as regras para participação:

- 1) Cada equipe poderá contar com até 12 atletas;
- 2) Cada equipe poderá contar com até 2 atletas sem ser bancário;
- 3) Todos os bancários têm que ser sindicalizados;
- 4) O valor da inscrição será de R\$ 100,00;
- 5) O valor da inscrição de cada atleta não bancário será de R\$ 50,00.

Lula e Dilma abrem 2º Congresso das Mulheres Metalúrgicas

Há 32 anos, Lula participou do primeiro congresso das mulheres da categoria

O presidente Lula e a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff estiveram presentes na cerimônia de abertura do 2º Congresso das Mulheres Metalúrgicas, que ocorreu no dia 25, na Sede do Sindicato. O congresso vai até o dia 27 de março.

“Foi uma honra ter o presidente e a ministra no evento. A presença deles confere prestígio e mostra a importância de um Congresso dessa natureza”, disse Simone Vieira, coordenadora da Comissão de Mulheres Metalúrgicas.

O 1º Congresso da Mulher Metalúrgica foi realizado em janeiro de 1978. Participaram pouco mais de 350 trabalhadoras de 39 empresas. Na verdade, 800 mulheres inscreveram-se,

mas diante de obstáculos impostos pelos patrões até com ameaças de demissão, o número de participantes caiu para menos da metade.

Lugar de mulher é no sindicato

Ela recordou que foi com Lula na presidência do Sindicato, há 32 anos, onde foi realizado o primeiro congresso de mulheres metalúrgicas da categoria e, a partir dele, as companheiras passaram a ter uma participação mais ativa da vida do Sindicato.

“A questão feminina parece ser um preocupação constante do presidente Lula, pois foi também no seu governo que ganhamos a Secretaria Especial das Mulheres”, ressaltou Simone.

Fonte: SMABC

Veja alguns princípios definidos para a proposta de acordos globais:

- Um salário razoável que sustente a família;
- Benefícios decentes e proteção social, incluindo cuidados com a saúde, abonos de faltas por motivos médicos e férias remuneradas onde eles não existem;
- Pagamento justo por todas as horas trabalhadas;
- Fim da pressão feita sobre os bancários para vender produtos;
- Compromisso e respeito com o direito de todos os funcionários de se associarem e formarem organizações sindicais sem a oposição ou obstáculos impostos pela empresa;
- Respeito às leis nacionais em todos os países.

Seminário

Fenaban promove seminário em São Paulo

A Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) promove em São Paulo, entre os dias 25 e 26, o “Fórum de Economia para Dirigentes Sindicais”. Foram convidados para esta atividade, a Contraf, as federações e sindicatos. Entre os convidados, o Sindicato dos Bancários do ABC foi representado pelo seu secretário Jurídico, Orlando Puccetti Jr.

As apresentações neste seminário estão sendo realizadas pelos palestrantes Marcos Lisboa e Rubens Sardenberg, ambos indicados pela Febraban.

O fórum aborda políticas macroeconômicas, planos econômicos e seus impactos, entre outros temas do universo financeiro e acontece no auditório da Fenaban, que fica na av. Brigadeiro Faria Lima, 1485, Torre Norte, 12º andar.

“A realização deste fórum é decorrente da promessa feita por Fábio Barbosa presidente da entidade e do Santander, feita às lideranças sindicais, na Campanha Salarial de 2009, que também garantiu a sua presença na abertura do evento dando uma mensagem aos dirigentes da categoria bancária”, conclui Orlando.